

CONTEXTOS DE VULNERABILIDADES À VIOLÊNCIA CONFIGURADOS NO CAMPO DE TRABALHO DE MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO

VULNERABILITY CONTEXTS OF VIOLENCE IN THE WORKPLACE OF FEMALE SEX WORKERS

Isabel Cristiane de Noronha

Universidade Federal de Uberlândia. Rua Albertino Silva, 40. CEP: 38401220. Uberlândia, MG, Brasil.

E-mail: isabelnoronha@outlook.com

Marcelle Aparecida de Barros Junqueira

Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, Brasil.

E-mail: marcebarros@yahoo.com.br

Ana Rosa Ribeiro Elias

Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, Brasil.

E-mail: anarosarelias@gmail.com

RESUMO

Objetivou-se analisar as vulnerabilidades do contexto de trabalho, experimentadas por mulheres profissionais do sexo, no que diz respeito às violências sofridas no ambiente de trabalho. O estudo constituiu-se de uma pesquisa de campo descritiva, por meio de uma abordagem quanti-qualitativa e realizada com 158 mulheres profissionais do sexo no Município de Uberlândia (MG). Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário estruturado e entrevistas audiogravadas. Os dados foram analisados pela estatística descritiva, pelo referencial metodológico de análise de conteúdo temática e referencial teórico de vulnerabilidade de Ayres. Os resultados evidenciaram que das mulheres profissionais do sexo participantes, a maioria relatou não ter sofrido nenhum tipo de violência, embora 34% tenham sido vitimadas. Destas, 85,2% alegam ter sofrido violência verbal, física (33%) e sexual (7,4%). Dentre os fatores associados, a sujeição de violência e o chefe como perpetrador, estão o grau de escolaridade ($p=0,022$; $p=0,048$), enquanto que a raça/cor esteve associada à violência física ($p=0,023$). Os componentes da vulnerabilidade social foram caracterizados

pela violência de gênero, quebras na relação com clientes, práticas sexuais não acordadas e ambiente de risco. A vulnerabilidade individual foi compreendida por aspectos emocionais, cognitivos, comportamentais e percepção de risco frente às situações do ambiente de trabalho. Já a vulnerabilidade programática foi identificada nas situações de acesso aos dispositivos de saúde (programas de prevenção DST/AIDS) e serviços de segurança. Concluiu-se que essas profissionais do sexo estão inseridas em contextos de vulnerabilidades, traduzidos em diversas formas de violência e perpetradores, e implicados em dimensões sociais, individuais e programáticas.

Palavras-chave: Vulnerabilidade em saúde. Violência. Profissionais do sexo.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the vulnerabilities of the working context experienced by female sex workers in relation to violence suffered in the work environment. The study consisted of a descriptive field study, using a quantitative-qualitative approach and carried out with 158 female sex workers in the city of Uberlândia (MG). For data collection, a structured questionnaire and audio-video interviews were used. The data were analyzed by the descriptive statistics, by the methodological reference of the thematic content analysis and the theoretical reference of vulnerability of Ayres. The results showed that of the participating sex workers, most reported not having suffered any type of violence, although 34% were victims. Of these, 85.2% reported verbal, physical (33%) and sexual violence (7.4%). Among the associated factors, the subjection of violence and the boss as perpetrator are the degree of schooling ($p = 0.022$, $p = 0.048$), whereas race/color was associated with physical violence ($p = 0.023$). The components of social vulnerability were characterized by gender-based violence, breach in clients' relationships, unsatisfied sexual practices, and a risky environment. Individual vulnerability was understood by emotional, cognitive, behavioral and risk perception aspects of the work environment. Programmatic vulnerability was identified in situations of access to health devices (STD / AIDS prevention programs) and security services. It was concluded that these sex workers are inserted in contexts of vulnerability, translated into various forms of violence and perpetrators, and implicated in social, individual and programmatic dimensions

Keywords: Vulnerability in health. Violence. Sex workers.

INTRODUÇÃO

As descrições sobre a prostituição como atividade profissional constituem-se de debates milenares, podendo ser identificadas várias tentativas de controle e eliminação desta atividade. A profissão sempre sofreu diversos preconceitos e em consequência, situada à margem da sociedade (Schreiner et al., 2004).

É perceptível que as mulheres profissionais do sexo constituem um grupo no qual são estigmatizadas e vítimas de violência, seja ela de ordem física, psicológica ou sexual. Tal constatação pode ser afirmada pela tamanha exposição das prostitutas, atuação em ambientes inseguros e ainda pela sensação de poder do cliente sobre o corpo dessas mulheres, visto a realização do pagamento pela prática sexual (Penha et al., 2012).

As profissionais do sexo estão expostas a diversos fatores de risco, entre eles, a submissão, vulnerabilidade social e ainda o uso abusivo de drogas ilícitas e lícitas. Desta maneira, vivenciam, ainda, um cenário cercado por humilhações, agressões, abusos e ofensas, podendo de tal forma incluí-las no grupo de pessoas vulneráveis. Diante disto, verifica-se a imprescindibilidade de ações relacionadas a diversos aspectos da saúde destas mulheres (Oltamari; Camargo, 2004).

Estudo evidencia que a atividade de profissionais do sexo expõe a mulher a situações de vulnerabilidade à violência, considerando-se que é uma profissão cujo espaço laboral é inseguro e retrata que as ações voltadas a essas profissionais devem estar embasadas no conhecimento das principais necessidades e vulnerabilidades por elas vivenciadas (Aquino; Nicolau; Pinheiro, 2011).

Em se tratando da prostituição, essa pode advir da violência, contudo, também pode ser cenário para sua ocorrência. Numa perspectiva social, a atividade por ela exercida é ilícita e moralmente reprovável, de tal forma que não foge ao contexto de violência historicamente construído. A característica do ambiente onde trabalha também a deixa mais vulnerável, pois, está sujeita às agressões por parte da polícia, dos agenciadores, dos clientes, principalmente em relação ao pagamento do programa e uso da camisinha (Marinheiro; Vieira; Souza, 2006).

Estudo brasileiro revela que mulheres profissionais do sexo sofrem violência psicológica, seguida da física, e os agressores são conhecidos. Outro estudo evidencia a presença de violência moral e sexual em seu contexto de trabalho (Moreira; Monteiro, 2012).

As prostitutas constituem um grupo susceptível a vulnerabilidades, considerando-se a variedade de elementos que as mesmas estão expostas, como o preconceito, o estigma e a marginalização que sempre esteve presente no decorrer desta profissão (Neri et al., 2013). Ao mesmo tempo em que são consideradas vulneráveis, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002, determina que as suas atividades devem seguir normas e procedimentos que minimizem as vulnerabilidades da profissão (Brasil, 2002).

Ayres et al. (2003) ao definirem vulnerabilidade, descrevem-na como resultado de aspectos coletivos e contextuais relacionados a uma maior ou menor possibilidade de exposição à doença. Retrata, ainda, de maneira intrínseca, à maior ou menor disponibilidade de recursos protetivos. Desta forma, pode-se dizer que ela é multidimensional e variável.

No que diz respeito à percepção de vulnerabilidade nos diferentes públicos, esta se tem consolidado como um instrumento essencial no campo da saúde pública. Ayres (1996) descreve o surgimento dessa noção na área da prevenção como forma de superação do referencial epidemiológico, apoiado em conceitos discriminatórios como fatores, comportamentos de risco ou grupos. No contexto de vulnerabilidade, está contemplada uma síntese entre as dimensões sociais, institucionais, políticas e comportamentais, associadas às diferentes fragilidades de indivíduos ou grupos ao adoecimento, de acordo com características do seu cotidiano social e individual.

Para Arboit et al. (2014) mesmo que existam avanços no sentido de reconhecimento desse grupo de mulheres no campo do trabalho, ainda há necessidade de maiores avanços, singularmente em relação ao reconhecimento dos direitos humanos dessas mulheres. Há aspectos no contexto de vida e de trabalho das mulheres profissionais do sexo que requerem reflexões mais aprofundadas, tais como a violação dos direitos humanos e a vulnerabilidade a que estão expostas.

Uma dos elementos que prejudica o trabalho do setor saúde nas situações de vulnerabilidade à violência dessas mulheres é a invisibilidade desse fenômeno e o não reconhecimento desse agravo para além de lesões físicas. Por vezes, institui-se e reconhece um ato de violência somente quando esse gera alguma marca visível e ela o relate (Arboit et al., 2014).

Diante do exposto, compreender a vulnerabilidade vivenciada no contexto de trabalho de profissionais do sexo implica em antes investigá-lo. Para tanto, objetivou-se analisar as vulnerabilidades do contexto de trabalho, experimentada por mulheres profissionais do sexo, no que diz respeito às violências sofridas no ambiente de trabalho.

METODOLOGIA

O estudo constituiu-se de uma pesquisa de campo descritiva, com abordagem quanti-qualitativa. A partir da pesquisa, foram levantados dados sobre o perfil sociodemográfico e econômico de mulheres profissionais do sexo, bem como de aspectos relacionados à violência sofrida e situações de vulnerabilidades no ambiente de trabalho de 158 mulheres, que trabalham como profissionais do sexo na cidade e que são cadastradas na Organização Não Governamental Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS-Núcleo Uberlândia.

A escolha destas profissionais como participantes da pesquisa levou em consideração o fato de que o trabalho desempenhado por elas é compreendido por um contexto de vulnerabilidade que as expõem a atos de violência.

O recrutamento das participantes se deu através de visitas, onde a pesquisadora visitou os locais de trabalho das mulheres profissionais do sexo, com horários e datas pré-agendados conforme contato prévio com a ONG.

Após a apresentação dos objetivos do estudo, foi solicitado o consentimento das participantes para se iniciar o procedimento metodológico. Como critério de inclusão, definiram-se mulheres profissionais do sexo cadastradas na “Organização Não Governamental Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids-Núcleo Uberlândia/Minas Gerais (ONG RNP+)” e como critério de exclusão aquelas exercendo a profissão em tempo inferior a 6 meses e menores de 18 anos.

Utilizou-se um questionário estruturado, com vistas à coleta de dados, contendo questões relacionadas aos dados sociodemográficos que contemplavam a idade, estado civil, raça, escolaridade, grau de escolaridade, anos de estudo, renda familiar e tipo de habitação. Para analisar a ocorrência de violência no ambiente de trabalho, também se utilizou questionário semi-estruturado com questões relacionadas ao tipo de violência sofrida, entre elas: violência física, verbal, sexual, e ainda, sobre o perpetrador da violência, sendo: chefe, colega de trabalho e cliente, e por final a ocorrência de notificação da violência.

As variáveis quantitativas foram descritas através de média, mediana, desvio padrão máximo e mínimo. Além disso, aplicou-se o teste de normalidade Shapiro-Wilk. Para as variáveis que apresentaram distribuição normal aplicou-se ANOVA one-way, como medida para a comparação dos grupos e quando as variáveis quantitativas não seguiram distribuição normal foi aplicado o teste de Kruskal-Wallis (Zar, 1999). Para avaliar a associação entre variáveis quantitativas, utilizou-se a coeficiente de correlação de Pearson ou Spearman.

As variáveis qualitativas foram descritas (frequência e porcentagem) por meio tabelas de dupla entradas. As associações das variáveis qualitativas foram avaliadas por meio do teste razão de verossimilhança (Agresti, 2007). Todos os testes foram aplicados utilizando um nível de significância de 5 % ($p < 0.05$). Os procedimentos foram realizados utilizando o software SPSS v.20.

A compreensão e a análise das situações de vulnerabilidade do ambiente de trabalho das profissionais do sexo tiveram como referência a abordagem qualitativa, que se volta para os significados e a intencionalidade das ações nos contextos das estruturas sociais (Minayo, 1994).

Em relação à coleta dos dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada que foi audiogravada e transcrita na íntegra e o nome das participantes sendo substituído pela sigla (PS). Para a entrevista, foram convidadas 14 mulheres profissionais do sexo participantes do estudo. Em relação à organização e análise dos dados, utilizou-se como método a análise de conteúdo temática, compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento. A análise de conteúdo pode abranger as seguintes fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação (MINAYO, 2001).

A partir das análises, emergiram três categorias: vulnerabilidade individual, social e programática, entendidas como situações experimentadas no contexto de trabalho das profissionais do sexo. No processo final da análise, compreendida pela interpretação dos dados, dialogou-se com o referencial teórico com vistas à compreensão ampliada dos objetivos propostos.

Os dados foram coletados nos meses de janeiro a março de 2017, após o parecer favorável do Comitê de Ética e Pesquisa, sob o nº CAAE 60242216.7.0000.5152, e, posteriormente, após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido pelas participantes da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perfil sociodemográfico

Constatou-se que as mulheres profissionais do sexo, são em sua maioria, solteiras, representando 75,9% das 158 profissionais do sexo entrevistadas. Encontrou-se que 17

(10,8%) possuíam união estável, 13 (8,2%) eram divorciadas/separadas, 7 (4,4%) casadas e apenas 1 (6%) viúva. Corroborando com o estudo de Salmeron e Pessoa (2012), que buscava identificar o perfil socioepidemiológico de 50 profissionais do sexo de São Paulo, onde 38 (76,0%) delas eram solteiras. Pesquisa realizada em Fortaleza com 81 profissionais do sexo, revelou uma média de solteiras de 87,6% (Aquino et al., 2008).

No que diz respeito à raça/cor, percebemos que houve predominância da parda, que representou 81 (51,9%) do total de mulheres profissionais do sexo respondentes. Verificamos ainda que 41 (26,3%) se autodeclararam brancas, 29 (18,6 %) negras, 4 (2,6%) amarela/oriental e apenas 1 (6%) vermelha/indígena. Outro estudo realizado em Belo Horizonte, mostrou que das 216 profissionais do sexo entrevistadas, 34,8% se declararam pardas, o que representou maior prevalência entre as raças (Vidal et al., 2014).

No ano de 2014, no município de Uberlândia em Minas Gerais, verificou-se que das mulheres que notificaram algum tipo de violência, 54,93% eram brancas, seguidas de 36,42% pardas, 4,78% pretas, 0,60% amarelas e 0,30% se autodeclararam indígenas (Datusus, 2014).

Quanto à escolaridade das profissionais do sexo, 157 (99,4%) afirmaram ser alfabetizadas, e, dentre estas, observou-se a predominância do ensino médio completo, sendo 54 (34,2%) das entrevistadas, seguido de ensino médio incompleto 45 (28,5%), ensino fundamental incompleto 24 (15,2%), ensino fundamental completo 17 (10,8%), ensino superior incompleto 9 (5,7%), superior completo 7 (4,4%) e por fim, curso técnico 5 (2,3%). Contrariando o estudo de Lima et al. (2017), que objetivava estimar a prevalência de violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileira, onde encontrou um nível de escolaridade baixo, sendo que 59,2% não completaram o ensino fundamental.

Das mulheres profissionais do sexo participantes do estudo, obteve-se uma média de idade de ($M=27,48$) e desvio padrão de ($DP= 6,8$). Semelhante a um estudo realizado em 2012, com 76 prostitutas do Piauí, onde a maioria das entrevistadas apresentava idade até 30 anos (Penha et al., 2012). Outro estudo em Campina Grande na Paraíba, as profissionais do sexo entrevistadas possuíam idade média de 27 anos (Silva; Costa; Nascimento, 2010). Atualmente, é considerável o aumento do número de mulheres mais jovens que se iniciam nesta prática, sobretudo com vistas a melhores rendimentos e condições que permitam a aquisição de bens de consumo e melhor sobrevivência (Botelho, 2003).

Evidenciou-se renda familiar, com uma média de ($M= 3.016,56$) e desvio padrão ($DP= 2008,61$), contrariando os estudo de Penha et al. (2012), onde se encontrou uma renda predominantemente de meio a um salário mínimo.

Neste estudo, no que se refere ao tipo de habitação/ casa das profissionais do sexo, predominou-se a habitação do tipo alugada, representando 92 (58,2%) do total de respondentes. Esse resultado assemelha-se ao de um estudo realizado em São Paulo, onde a maioria 28 (56,0%) das profissionais do sexo residia de aluguel, seguido de 13 (26,0%) em casas noturnas e 9 (18,0%) tinham casa própria (Salmeron; Pessoa, 2012).

Violência sofrida no ambiente de trabalho e fatores associados

É considerável dar visibilidade a violência sofrida pelas profissionais do sexo, com vistas à obtenção de respostas a esse problema, num enfoque que envolva estas mulheres e se trabalhe no sentido de aproximação de sua realidade com as políticas públicas para minimização de agravos, promoção em saúde e prevenção de violência vivida cotidianamente (Guedes; Silva; Fonseca, 2009).

Desta maneira, verificou-se que das 156 mulheres profissionais do sexo respondentes, a maioria referiu não ter sofrido nenhum tipo de violência, embora 34% tenha experimentado algum tipo de violência no ambiente de trabalho. Semelhante ao encontrado em um estudo com 40 profissionais do sexo, do município de Sobral no estado do Ceará, onde se identificou que maior parte das profissionais do sexo, sendo, 47,5% não havia sofrido violência no trabalho (Neto; Oliveira; Rocha, 2007).

Constata-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, psicológica e sexual, com ocorrência no espaço público ou privado. A violência física acontece quando há uma ação destinada a causar dano físico a outra pessoa. A sexual ocorre quando a pessoa em posição de poder exige que outra realize atos sexuais contra sua vontade, usando de força física ou mesmo chantagem. Em se tratando da psicológica, é toda ação destinada a produzir danos da ordem psicológica ou sofrimento moral a outra pessoa (Neto; Oliveira; Rocha, 2007).

No que se refere à violência física, percebemos que 36 (66,7%), referem não ter sofrido a violência, enquanto que 18 (33,3%) relatam terem sido submetidas. Um estudo de Vidal et al. (2014), revelou que das profissionais do sexo respondentes, 20,4% havia sofrido violência física e 79,7 % referiram não terem sofrido a violência.

No município de Uberlândia, Minas Gerais, no ano de 2014, das mulheres vítimas de violência, 83,28% relataram ter sofrido violência física, 69,25% violência psicológica e 23,88% sexual (Datusus, 2014).

Quanto à violência verbal, observamos que 46 (85,2%) referiram ter sofrido e apenas 8 (14,8%) não foram submetidas a violência verbal. Contradizendo tal achado, nos estudos de Neto; Oliveira; Rocha (2007) no Ceará, a violência verbal foi manifestada em apenas 10% das notificações de violência sofrida por profissionais do sexo.

Em relação à violência sexual, evidenciou-se que 50 (92,6%) relataram não ter sofrido e 4 (7,4%) profissionais do sexo, disseram que já sofreram violência sexual no ambiente de trabalho. No estudo de Penha et al. (2012) em Picos no Piauí, evidenciou-se que 3,2% havia sofrido violência sexual, enquanto que 60,5% das mulheres do estudo, relataram a violência psicológica e por fim, 30,2% a violência física.

Em relação ao perpetrador das agressões, verificou-se que 44 (88%) referiram não terem sido agredidas pelo chefe, enquanto que 6 (12,0%) confirmaram a agressão. No que se refere à violência sofrida por colegas de trabalho, 30 (60,0%) afirmaram não terem sido vítimas deste tipo de violência, e 20 (40%) disseram terem sofrido a violência por colegas de trabalho. Quanto à violência causada pelo cliente, evidenciou-se que 34 (68,0%) já sofreram a violência e apenas 16 (32,0%) referem não ter sido submetida à violência por clientes.

Verificou-se que a violência causada pelo cliente, evidenciado por 34 (68,0%) foi a representação de resultados mais significativos. Contrariando este achado, no estudo de Lima et al. (2017) que estimava a prevalência de violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras, verificou-se que os parceiros íntimos foram os principais agressores das mulheres profissionais do sexo.

Do total de respondentes que referiram ter sofrido algum tipo de violência no ambiente de trabalho, apenas 1 (1,9%) relata ter notificado a violência, enquanto que 52 (98,1%) não notificaram a violência sofrida. Perfil semelhante e observado no estudo de Neto, Oliveira, Rocha (2007), que verificou que a maior parte das profissionais do sexo (48,0%) não toma nenhuma atitude após serem vitimadas.

Segundo Arboit et al. (2014) as profissionais do sexo como toda e qualquer mulher, independente de sua condição social, são vítimas de violência. A diferença está no fato de que, para as prostitutas, isso acaba se tornando algo natural, pois a sociedade as inseriu em um contexto excludente e de marginalização.

Na análise estatística, percebeu-se que a variável: sofreu algum tipo de violência no trabalho foi associado com o grau de escolaridade, onde houve predominância do ensino médio incompleto. Para análise desta associação, encontrou-se um valor de ($p=0,022$) para o teste likelihood ratio, conforme mostra a tabela 1. Segundo Gadoni-Costa, Zucatti, Dell’Aglío

(2011) o que diferencia a conduta das mulheres é que as mais esclarecidas teriam maior autonomia pessoal, diminuindo a tolerância às agressões.

A violência física esteve associada à raça/cor, com predominância da cor parda. O teste likelihood ratio para esta associação apresenta um ($p=0,023$). Contrariando o estudo de Lima et al., (2017) em que a violência física esteve associada a raça/cor preta, apresentando ($p=0,031$).

Tabela 1 - Associação entre características sociodemográficas e ocorrência de violência física, verbal e sexual, sofridas por mulheres profissionais do sexo de Uberlândia-MG

	Sofreu algum tipo de violência no trabalho			Violência física			Violência verbal			Violência sexual		
Estado civil	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor
Solteira	37	31,1		11	29,7		32	86,5		3	8,1	
Casada	3	42,9		2	66,7		2	66,7		0	0	
Divorciada	7	53,8	0,368	2	28,6	0,582	6	85,7	0,874	1	14,3	0,582
Viúva	0	0		0	0		0	0		0	0	
União estável	7	43,8		3	42,9		6	85,7		0	0	
Raça/Cor	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor
Branca/caucasiana	14	35		11	29,7		1	11		1	7,1	
Negra	9	32,1		2	66,7		9	100		0	0	
Parda	26	32,1	0,273	1	28,6	0,023	21	80,8	0,29	3	11,5	0,634
Amarela/Oriental	3	75		0	0		3	100		0	0	
Vermelha/Indígena	1	100		3	42,9		1	100		0	0	
Grau de Escolaridade	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor
Fundamental												
Incompleto	4	16,7		1	25		4	100		1	25	
Médio Incompleto	19	42,2		4	21,1		17	89,5		1	5,3	
Fundamental												
Completo	8	47,1		3	37,5		7	87,5		0	0	
Médio Completo	16	30,8	0,022	9	56,3	0,263	12	75	0,677	1	6,3	0,649
Curso Técnico	2	100		0	0		2	100		0	0	
Superior Completo	4	57,1		1	25		3	75		1	25	
Superior												
Incompleto	1	11,1		0	0		1	100		7	0	
Tipo de Habitação	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor
Própria	8	21,1		3	37,5		5	62,5		0	0,01	
Alugada	34	37,4	0,184	10	29,4	0,494	30	88,2	0,166	4	11,8	0,274
Financiada	7	46,7		4	57,1		7	100		0	0	
Outros	5	41,7		1	20		4	80		0	0	

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Dentre as violências verbal e sexual, nenhum dos fatores sociodemográficos estiveram associados significativamente. No estudo de Lima et al., (2017) a violência verbal esteve associada com fatores como idade de 18 a 30 anos, valor do programa, uso de álcool, drogas e uso do preservativo.

Tabela 2 - Associação entre características sociodemográficas, perpetradores e notificação da violência sofrida por mulheres profissionais do sexo de Uberlândia-MG

	Violência sofrida pelo chefe			Violência sofrida por colega de trabalho			Violência sofrida por cliente			Notificação da Violência		
Estado civil	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor
Solteira	4	11,8		15	44,1		21	61,8		0	0	
Casada	0	0		0	0		3	100		0	0	
Divorciada	0	0	0,297	2	33,3	0,329	4	66,7	0,226	0	0	0,243
Viúva	0	0		0	0		0	0		0	0	
União estável	2	28,6		3	42,9		6	85,7		1	14,3	
Raça/Cor	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor
Branca/caucasiana	0	0		6	50		7	58,3		0	0	
Negra	2	22,2		4	44,4		4	44,4		0	0	
Parda	4	16,7	0,26	9	37,5	0,239	13	79,2	0,7	1	3,8	0,843
Amarela/Oriental	0	0		0	0		3	100		0	0	
Vermelha/Indígena	0	0		1	100		0	0		0	0	
Grau de Escolaridade	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor
Fundamental Incompleto	0	0		1	33,3		3	100		0	0	
Médio Incompleto	0	0		9	52,9		9	52,9		0	0	
Fundamental Completo	2	25		3	37,5		6	75		0	0	
Médio Completo	0	20	0,048	4	26,7	0,278	12	80	0,246	1	0	0,875
Curso Técnico	0	0		2	100		1	50		0	0	
Superior Completo	0	0		1	25		3	75		0	0	
Superior Incompleto	1	100		0	0		0	0		0	0	
Tipo de Habitação	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor	N	%	P valor
Própria	0	0		3	42,9		4	57,1		0	0	
Alugada	5	14,7	0,409	13	38,2	0,789	24	70,6	0,439	1	2,9	0,826
Financiada	1	16,7		2	33,3		5	83,3		0	0	
Outros	0	0		2	66,7		1	33,3		0	0	

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Em relação ao perpetrador da violência, verificou-se que a violência sofrida pelo chefe obteve associação significativa com o grau de escolaridade, sendo predominante o ensino médio completo. Para esta análise de associação, encontramos um valor de ($p=0,048$) para o teste likelihood ratio, conforme mostra a tabela 2. Ao contrário do evidenciado, em um estudo com mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras, verificou-se que o ensino fundamental completo e mais não esteve associado a nenhum perpetrador da violência (Lima et al., 2017).

Como evidenciado na tabela 2, não houve associação significativa entre as categorias de violência sofrida por colega de trabalho, cliente e notificação da violência com estado civil, raça, grau de escolaridade e tipo de habitação.

VULNERABILIDADES DO CONTEXTO DE TRABALHO

Bonadiman, Machado e Lopez (2012) afirmam que as profissionais do sexo estão inseridas em cenários de extremas vulnerabilidades, as quais se associam ao ambiente, às ações e aos vínculos relacionais constituídos no ambiente de trabalho e também às condições de acesso aos serviços de saúde.

Neste sentido, os resultados levaram a emergência de três categorias empíricas, conforme segue:

Vulnerabilidade individual

Entre os elementos mais destacados, pode-se apreender que a dimensão individual dessas mulheres, é compreendida por aspectos emocionais, cognitivos, comportamentais e percepção de risco frente às situações do ambiente de trabalho.

A respeito das vulnerabilidades presentes no contexto de trabalho, as profissionais do sexo destacaram e reconheceram que o trabalho por elas desempenhado, por vezes as expõem a contextos vulneráveis. Quando questionadas se as mesmas já se sentiram vulneráveis em alguma situação, verificou-se que grande parte das entrevistadas afirma tal hipótese. “*Sim, e principalmente a gente se sente muito mau*” (PS4). *Vulnerável? Como assim? Já, já tentaram me estuprar três vezes*” (PS3). “*Ah sim, a gente tem sérios riscos*” (PS1).

Em contrapartida, em outros depoimentos, duas das profissionais do sexo não se reconhecem neste contexto de vulnerabilidades, como representando pelas falas: “*Não,*

sempre me senti bem a vontade no meu serviço” (PS5). “Olha, nunca, de risco para mim não” (PS6). Tais constatações vão ao encontro de estudos que revelam que algumas profissionais do sexo também reconhecem a violência como condição inerente ao trabalho (Russo, 2007).

Neste mesmo sentido, destaca-se a noção de risco e comportamento sexual em virtude das práticas sexuais desenvolvidas pelas profissionais do sexo, sendo representado nas falas. *“Assim quando a camisinha estourou, assim, as camisinhas estouram [...] Não fiz nada, só me lamentei” (PS7). “[...] E quando a camisinha arrebenta, a gente, é um susto muito grande porque a gente não sabe a origem da pessoa” (PS1).*

A possibilidade de adquirir doenças, em especial as doenças sexualmente transmissíveis (DST) e Aids, constitui um risco constante no contexto de trabalho das profissionais do sexo. Desde o surgimento da Aids, na década de 1980, a matéria-prima do programa, o sexo comercial, tornou-se um risco operacional da profissão. Assim, as profissionais do sexo estão incluídas no grupo de vulnerabilidade às DST e à Aids (Azevedo et al., 2007).

Percebeu-se ainda que após terem sido vitimadas, as profissionais do sexo verbalizam sentimentos traduzidos em sofrimento e desgastes mentais. *“[...] Quando o homem fala: Por que você tá aqui? Você é tão bonita e tal, as vezes isso machuca a gente, ninguém sabe porque está aqui dentro” (PS3). “Eu tive que ficar com um cliente que eu tive que praticamente espancar ele dentro do quarto [...] isso me fez sentir muito mal” (PS8).*

O estudo de Burbulhan, Guimarães, Bruns (2012), também revelou que, para as profissionais do sexo não há dinheiro que pague pela violência sofrida no ambiente de trabalho, pois os clientes supõem que, pelo fato de estarem realizando o pagamento pelo programa, possuem o direito de violentá-las, seja psicológica ou fisicamente.

A prostituição implica em um aumento do risco de desenvolvimento de vulnerabilidades das mais diversas naturezas, em virtude das vivências experimentadas no contexto de trabalho, o qual interage com as facetas do ambiente de trabalho, práticas e comportamentos sexuais e violências nas suas mais diversas formas. Ainda, em maior ou menor grau, as situações de vulnerabilidade vivenciadas por elas, contribuem para o adoecimento e dificuldades de acesso aos recursos protetivos.

Vulnerabilidade social

Pode-se apreender a dimensão social dessas mulheres pelas experiências narradas de violência de gênero, quebras na relação com clientes, violência nas suas mais diversas formas, práticas sexuais não acordadas e um ambiente de risco.

Neste sentido, as profissionais do sexo participantes reconheceram a violência sofrida no seu ambiente de trabalho, reafirmando que estas mulheres, em qualquer contexto, são vitimadas pela violência. “[...] Foi assim, quando eu comecei, eu não tinha tanta experiência, e a pessoa foi para cima de mim verbalmente, depois eu fui para cima dele tentar medir força e ele me segurou muito forte, me apertou, me jogou em cima da cama, puxou meu cabelo, falou muitas palavras feia pra mim” (PS1).

Salienta-se que a manifestação máxima de subordinação da mulher é a violência de gênero. Tal afirmação é retratada pelas profissionais nos seus discursos. “A gente tem sérios riscos [...] se um cara chegar agressivo, dentro do quarto, ou lá de fora ele mostrar uma pessoa calma e chegar lá dentro do quarto, se mostrar uma pessoa agressiva quer te estrupar, assim a força, ou quer fazer um programa a força, achar que ele é superior a você, querer te desmerecer, te diminuir dentro do quarto (PS1)”. A violência de gênero configura-se ainda como um grande paradigma, refletindo sobre os modos de adoecer, qualidade de vida e de morrer de mulheres vitimadas (Lima et al., 2013). A violência de gênero, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino (Saffioti, 2004).

Outra situação bastante mencionada refere-se à violência praticada pelos clientes contra as mulheres profissionais do sexo. Destaque se dá pelo fato de o cliente não querer pagar o acordado, exigindo uma modalidade de sexo não aceita pela profissional ou mesmo pela violência moral, quando a mulher passa por situações de humilhação (Silva, Costa, Nascimento, 2010). “Eu me lembro uma vez que o cliente queria penetrar sem camisinha, e eu tive que empurrar ele, sair, e ele me puxou e chegou a machucar meu braço (PS2). [...] Nossa você tem que fazer isso porque eu tô pagando você para isso (PS2)”. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação, ainda sob a influência do sexismo reinante na sociedade (Saffioti, 2004).

Percebe-se através das narrativas apresentadas acima, relações de poder entre cliente e profissionais do sexo implicadas em seu contexto de trabalho. Foucault (1979), em *Microfísica do Poder*, afirma que o poder circula por todos os lugares, sendo, portanto, uma

relação de forças, percorrendo por todos os indivíduos. Neste sentido, o contrapoder das profissionais do sexo está também na não aceitação de uma prática sexual imposta pelo cliente.

De acordo com Heidegger (2008) a prostituição é um mundo relacional, no qual, por constituir-se em troca de satisfação e fantasias sexuais, por dinheiro e sem contrato formal, é provável que haja rompimentos nessa relação. Nessa quebra, a violência pode vir junto.

As profissionais vivenciam situações bastante inseguras em seu contexto de trabalho por estarem expostas a ambientes determinantes de atos violentos. “[...] *Tava eu mais uma amiga, o cara pois a gente no carro, foi sentido ao motel dentro da cidade, mas ele desviou o caminho, e a gente teve que descer do carro andando e inclusive ela ralou a perna tudinho assim e ele tava levando a gente pra saída de Uberlândia (PS3)*”.

Depreende-se que a profissional do sexo não sabe o que pode encontrar em uma relação que envolve dois corpos com desejos diferentes e cujas necessidades são negociadas, onde não há garantia de que o serviço por elas prestado seja seguro (Burbulhan; Guimarães; Brun, 2012).

Vulnerabilidade programática

Essa categoria expressa a narrativa das profissionais do sexo, no que diz respeito a situações de acesso aos dispositivos de saúde (programas de prevenção DST/AIDS) e serviços de segurança pública.

De acordo com Ayres et al. (2003) a vulnerabilidade programática está implicada nos recursos sociais necessários para a proteção do indivíduo a riscos à integridade e ao bem-estar social, físico e psicológico.

Neste sentido, as profissionais do sexo, vivenciam em suas práticas, situações em que as deixam mais expostas, nas quais recorrem aos serviços de saúde para a realização de exames e testes rápidos como forma de detecção de doenças. Verificou-se nos discursos que apenas uma das profissionais do sexo referiu ter procurado o serviço de saúde para este fim. “[...] *Já estourou camisinha, então pode haver probabilidade do risco de doenças, né? Mas não tem, porque depois disso já fiz exame (PS9)*”.

Destaque se dá para as situações do ambiente de trabalho das quais as profissionais vivenciam e que por sua vez, não oferecem qualquer tipo de segurança. “[...] *Também não acionou nem polícia, nem conselho tutelar para não dar em nada, abafou o caso (PS3). Os*

caras me levou, me sequestrou, queria me matar, só que daí o cara que eu tava na casa dele chamou a polícia, aí eles ia levar para me matar e a polícia pegou e abordou o carro (PS10)''.

O exercício da prostituição é cercado por situações de violação de direitos, como percebemos na narrativa: *“[...] Os donos não gosta que chama a polícia, eles não aceita, eles preferem que as menina peguem as coisas e vão embora do que ligar para a polícia, tipo eles não deixa nós ligar para a polícia para não sujar a casa, eles pega e fala pra a gente ir embora, pegar as coisas da gente e não vim trabalhar mais ou muitas vezes eles aplicam uma multa na menina, tipo, ela brigou com um cliente, discutiu, eles não quer saber se o cliente tá errado, se a menina tá errada, para eles o cliente sempre é certo, eles simplesmente manda a menina ir embora (PS3)''.*

Diante disto, apreende-se que muito embora tenha se avançado em situar a atividade profissional na classificação brasileira de ocupação (CBO), percebe-se que há uma necessidade de que os serviços e políticas de saúde façam uma interlocução com outros serviços e setores, principalmente, de justiça social, como forma de aplicação de intervenção das situações vivenciadas por elas.

Para Olivar (2012) é de extrema importância que a prostituição ganhe um novo olhar, para que essas mulheres sejam vistas como sujeito de direitos, que por sua vez, possam ter garantidos seus direitos laborais. Em contrapartida existem dois grandes obstáculos para esse reconhecimento que são da ordem da sexualidade e do gênero, para isso é imprescindível que essas questões estejam em pauta nas discussões numa tentativa de politização destas temáticas.

Muito embora a atenção as profissionais do sexo tenha passado a ser norteadada pela perspectiva da vulnerabilidade, constata-se que as mesmas têm recebido pouca atenção dos órgãos de saúde pública e de pesquisadores da área da saúde no Brasil. Desse modo, há um desconhecimento das dimensões dessa problemática, bem como os aspectos relacionados com a vulnerabilidade à violência a que são submetidas, sendo esse conhecimento substancial para orientação de programas e ações preventivas e de promoção de saúde (Arboit et al., 2014).

CONCLUSÃO

Encontrou-se que das mulheres profissionais do sexo entrevistadas, a maior parte se dizia solteira, parda, possuindo ensino médio completo, com uma média de idade (M=27,48), renda familiar (M=3.016,56) e habitação do tipo alugada.

Do total de respondentes, somente 34% referiu ter sofrido algum tipo de violência no ambiente de trabalho, e das violências das quais são vitimadas, a violência verbal obteve resultados mais expressivos, seguido da violência física e por final, sexual. Destaque se dá a frequência estatística apresentada anteriormente, que pode ter sido distorcida pelo fato de que as entrevistas foram realizadas no próprio local de trabalho e ainda por não reconhecerem a violência das quais são submetidas, por acreditarem que tais situações são inerentes ao seu trabalho e estão no bojo de sua atividade profissional.

Dentre as situações vivenciadas, destaque se dá às invisibilidades referentes ao contexto de trabalho de mulheres profissionais do sexo das quais são protagonistas, uma vez que observamos secularmente o predomínio do enfoque de vulnerabilidade a AIDS e doenças sexualmente transmissíveis a que estão expostas.

Como forma de avançar no rompimento deste paradigma, percebeu-se nos discursos, as vulnerabilidades do ambiente de trabalho das profissionais do sexo, que por sua vez fomenta práticas e cenários que as colocam frente a situações de violência nas suas mais diversas formas.

Verificou-se que, de forma implícita, a violência de gênero esteve fortemente ligada a situações de violência sofridas por clientes no seu ambiente de trabalho, constatado pelas narrativas das profissionais do sexo. Posto isso, torna-se considerável que ações intersetoriais sejam aproximadas do contexto destas profissionais, numa perspectiva de envolvimento de diversos atores, uma vez que a violência contra as mulheres profissionais do sexo constitui-se de um problema transversal a diversas políticas.

Os componentes da vulnerabilidade social foram identificados pelas experiências narradas de violência de gênero, quebras na relação com clientes, violência nas suas mais diversas formas, práticas sexuais não acordadas e um ambiente de risco. No que diz respeito à vulnerabilidade individual das profissionais do sexo, esta foi compreendida por aspectos emocionais, cognitivos, comportamentais e percepção de risco frente às situações do ambiente de trabalho. Já a vulnerabilidade programática foi identificada nas situações de acesso aos dispositivos de saúde (programas de prevenção DST/AIDS) e serviços de segurança.

Em conclusão, os resultados encontrados foram significativos, posto que, proporcionaram mais conhecimento acerca das vulnerabilidades vivenciadas no ambiente de trabalho das mulheres profissionais do sexo. Neste sentido, a busca por dados qualitativos com o propósito de compreender as situações que envolvessem as profissionais do sexo em análise, possibilitou revelar os aspectos inerentes à prostituição como atividade profissional e

sua intersecção com o ambiente de trabalho que, por vezes é demarcado por elementos constitutivos de violação de seus direitos.

REFERÊNCIAS

AGRESTI, A. *An Introduction to Categorical Data Analysis*. 2nd Edition. New York: John Wiley & Sons, 2007. 400p.

ARBOIT, J. et al. Situações de vulnerabilidade à violência de mulheres profissionais do sexo: interfaces no campo da saúde. *Rev. Enferm. UFPE on-line*, Recife, v. 8, n. 2, p. 3784-3789, 2014.

AYRES, J. R. C. M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

AYRES, J. R. C. M. HIV/Aids, DST e abuso de drogas entre adolescentes: vulnerabilidades e avaliação de ações preventivas. São Paulo: Casa de Edição, 1996.

AQUINO, O. S. et al. Perfil sociodemográfico e comportamento sexual de prostitutas de Fortaleza-CE. *Rev. Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 427-434, 2008.

AQUINO, O. S.; NICOLAU, A. I. O.; PINHEIRO, A. K. B. Desempenho das atividades de vida de prostitutas segundo o Modelo de Enfermagem de Roper, Logan e Tierney. *Rev. Bras. Enferm*, Brasília, v. 64, n. 01, p. 136-144, 2011.

AZEVEDO, R. L. W. et al. O cotidiano do trabalho de profissionais do sexo: a vulnerabilidade laboral. In: CONGRESSO VIRTUAL HIV/AIDS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2007. Lisboa. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <http://apps.siquant.pt/aidscongress/Modules/WebC_Docs/GetDocument.aspx?DocumentId=258>. Acesso em: 12 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. *Relatório de família*. 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaCaracteristicas.jsf>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

BOTELHO, S. M. N. *Prostituição de adolescentes: uma imagem construída na adversidade da sociedade*. 2003. Dissertação (Pós-Graduação em Enfermagem) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, 2003.

BONADIMAN, P. O. B.; MACHADO, P. S.; LÓPEZ, L. C. Práticas de saúde entre prostitutas de segmentos populares da cidade de Santa Maria-RS: o cuidado em rede. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 789-801, 2012.

BURBULHAN, F.; GUIMARÃES, R. M.; BRUNS, M. A. T. Dinheiro, afeto, sexualidade: a relação de prostitutas com seus clientes. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 4 p. 669-677, 2012.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GADONI-COSTA, L. M.; ZUCATTI, A. P. N.; DELL'AGLIO, D. D. Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher. *Estudos Psicologia*, Campinas, v. 28, n. 2, p. 219-227, 2011.

GUEDES, R. N.; SILVA, A. T. M. C.; FONSECA, R. M. G. S. A violência de gênero e o processo saúde-doença das mulheres. *Esc. Anna Nery*. v. 13, n. 3, p. 625-631, 2009.

HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. 12. ed. São Paulo: Vozes, 2008.

LIMA, S. et al. Análise das práticas profissionais na atenção em saúde às mulheres em situação de violência sexual. *Revista de Enfermagem UFPE*, v. 7, n. 2, p. 6964-6972, 2003.

LIMA, F. S. S. et al. Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras. *Cad. Saúde Pública*, Brasília, v. 33, n. 2, 2017.

MARINHEIRO, A. L. V.; VIEIRA, E. M.; SOUZA, L. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. *Rev. Saúde Pública*, Ribeirão Preto, v. 40, n. 4. p. 604-610, 2006.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Editora Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.

_____. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, I. C. C.; MONTEIRO, C. F. S. A violência no cotidiano da prostituição: invisibilidades e ambiguidades. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, v. 20, n. 5, 2012.

NERI, E. A. R. et al. Conhecimento, atitude e prática sobre o exame Papanicolau de prostitutas. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 731-738, 2013.

NETO, F. R. G. X.; OLIVEIRA, J. S.; ROCHA, J. Violência sofrida pelas profissionais do sexo durante seu trabalho e as atitudes tomadas após serem vitimadas. *REME – Rev. Min. Enferm*, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, p. 248-253, 2007.

OLIVAR, J. M. N. Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis? *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 88-121, 2012.

OLTRAMARI, L. C.; CAMARGO, B. V. Representações sociais de mulheres profissionais do sexo sobre a AIDS. *Rev. Estud. Psicol*, Natal, v. 9, n. 2, p. 317-323, 2004

PENHA, J. C. et al. Caracterização da violência física sofrida por prostitutas do interior piauiense. *Rev. Bras. Enferm*, Brasília, v. 65, n. 6, p. 984-990, 2012.

RUSSO, G. No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos. *Cad. CRH*, Salvador, v. 20, n. 51, p. 497-514, 2007.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. Editora: Perseu Abramo, 2004.

SALMERON, N. A.; PESSOA, T. A. M. Profissionais do sexo: perfil socioepidemiológico e medidas de redução de danos. *Acta Paul Enferm*, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 549-554, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v25n4/11.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

SCHREINER, L. et al. Prevalência de sintomas depressivos em uma amostra de prostitutas de Porto Alegre. *Rev. Psiquiatr*, Rio Grande do Sul, v. 26, n. 1, p. 13-20, 2004.

SILVA, E. F.; COSTA, D. B.; NASCIMENTOS, J. U. O trabalho das profissionais do sexo em diferentes lócus de prostituição da cidade. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 109-122, 2010.

VIDAL, C. E. L. et al. Preditores de transtornos mentais comuns (TMC) em prostitutas utilizando o self-reporting questionnaire. *Rev. J. Bras. Psiquiatr*, v. 63, n. 3, p. 205-212, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v63n3/0047-2085-jbpsiq-63-3-0205.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

ZAR, J. H. *Biostatistical Analysis*. 4th edition. New Jersey: Prentice Hall, 1999. 663p.

Contribuição das autoras

Noronha trabalhou na concepção, coleta de dados, busca na literatura, análise e interpretação dos resultados e redação do artigo. Elias auxiliou na coleta de dados, interpretação dos resultados e redação. Junqueira foi responsável pela orientação teórica e metodológica, revisão crítica do conteúdo, auxílio na redação do artigo e aprovação final da versão a ser publicada.